

DEMOCRATIZAÇÃO OU MASSIFICAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM SISTEMA EDUCACIONAL PUNITIVISTA E EXCLUDENTE DAS CLASSES POPULARES

anpae

MARIA DA PENHA SILVA GOMES¹

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC)

penhasgomes@gmail.com; penha.gomes@ufabc.edu.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

As políticas educacionais brasileiras resultam de disputas históricas em torno da democratização, do acesso e da universalização do ensino. O estudo analisa, no período de 2012 a 2022, se a ampliação do acesso ao Ensino Fundamental configurou democratização efetiva ou mera massificação da educação.

O estudo analisa a universalização do Ensino Fundamental no Brasil, que alcançou 96% de escolarização nos anos 2000 (Oliveira, 2007; Mont'Alvão, 2011). Em 2022, apesar das 26.452.228 matrículas, com predominância de estudantes pardos e concentração urbana, persistem desigualdades estruturais no sistema educacional.

Entre 2012 e 2022, embora as taxas de abandono (2,7% para 1,1%) tenham diminuído, persistem volumes elevados de reprovação e abandono, com 280.267 abandonos e 1.179.550 reprovações em 2022, reiterando a exclusão educacional (Oliveira, 2007). O fracasso escolar afeta de forma desigual os estudantes segundo condições sociais, econômicas e raciais, mantendo desvantagens educacionais para estudantes negros, mesmo com a ampliação do acesso (Louzano, 2013).

Dentre 1930 e o início dos anos 1970, a expansão das matrículas e a padronização do sistema escolar exigiram a ampliação da rede e das condições de acesso e permanência (Beisiegel, 1986). Entre 1975 e 2002, a universalização do ensino fundamental e médio promoveu avanços na democratização, mas também revelou novas contradições do sistema educacional (Oliveira, 2007). A exclusão passou a se manifestar no percurso escolar, por meio da reprovação, do abandono e das desigualdades raciais, conforme evidenciam estudos baseados no Saeb (Louzano, 2013).

XXXII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ECONOMIA EDUCACIONAL
II COLÓQUIO POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
14 A 18 DE JUNHO DE 2026
SALVADOR - BAHIA

1 "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

DESENVOLVIMENTO

anpae

A literatura aponta a necessidade de aprofundar pesquisas sobre como reprovação, abandono, discriminação racial e desigualdades de gênero se articulam nesse processo. Em 2022, apesar das 21.858.585 matrículas nas escolas públicas, 1.179.550 estudantes (5,4%) foram reprovados e 280.267 (1,28%) abandonaram a escola, evidenciando que a ampliação do acesso não garantiu a efetiva universalização do ensino-aprendizagem.

Os dados do Censo Escolar indicam que 2020 e 2021 foram anos atípicos devido à pandemia de covid-19 e à fragilidade na produção de informações oficiais, comprometendo a robustez das análises nesse período.

Na Tabela 1 apresentamos as Taxas de Rendimento escolar para o decênio, entre 2012 e 2022, as taxas de reprovação no Ensino Fundamental caíram de 10,1% para 5,4% e as de abandono de 3,1% para 1,3%. Apesar da redução proporcional, os números absolutos permanecem elevados, revelando entraves estruturais à permanência escolar.

Tabela 1 - Taxa de Rendimento, em número absoluto e porcentagem das matrículas de educandos do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais, em escolas públicas, Brasil, 2012-2022

Ano	Reprovação		Abandono		Aprovação		Total de Matrículas	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
2012	2.566.977	10,1	780.875	3,1	22.086.914	86,8	25.434.766	100,0
2013	2.322.845	9,4	641.730	2,6	1.729.865	88,0	24.694.440	100,0
2014	2.311.316	9,6	606.842	2,5	1.064.499	87,8	23.982.657	100,0
2015	2.149.560	9,2	530.658	2,3	0.680.716	88,5	23.360.934	100,0
2016	2.182.017	9,5	508.076	2,2	20.359.367	88,3	23.049.460	100,0
2017	1.914.251	8,4	443.261	1,9	20.384.746	89,6	22.742.258	100,0
2018	1.809.968	8,0	400.225	1,8	20.301.647	90,2	22.511.840	100,0
2019	1.544.065	7,0	290.051	1,3	20.372.508	91,7	22.206.624	100,0

XXXII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO
 COLÓQUIO POLÍTICO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO
 14 A 18 DE JUNHO DE 2026
 SALVADOR - BAHIA

Ano	Reprovação		Abandono		Aprovação		Total de Matrículas	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
2020	171.731	0,8	191.802	0,9	21.705.889	98,4	22.069.422	100,0
2021	489.452	2,2	321.087	1,5	21.290.534	96,3	22.101.073	100,0
2022	1.179.550	5,4	280.267	1,3	20.398.768	93,3	21.858.585	100,0

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, Inep. Extraído do site do QEdu.org. Elaborada pela autora.

Na Tabela 2 apresentamos o número das matrículas no Ensino Fundamental das redes pública e privada, as matrículas revelam desigualdades raciais persistentes, com predominância de estudantes pardos (mais de 10 milhões) e brancos (cerca de 8 milhões). Destacam-se ainda menores contingentes de estudantes pretos, crescimento indígena, redução entre amarelos e elevado número de registros sem declaração de cor/raça.

Tabela 2 - Número de matrículas no ensino fundamental (públicas e privadas) segundo cor/raça, Brasil, 2012-2022

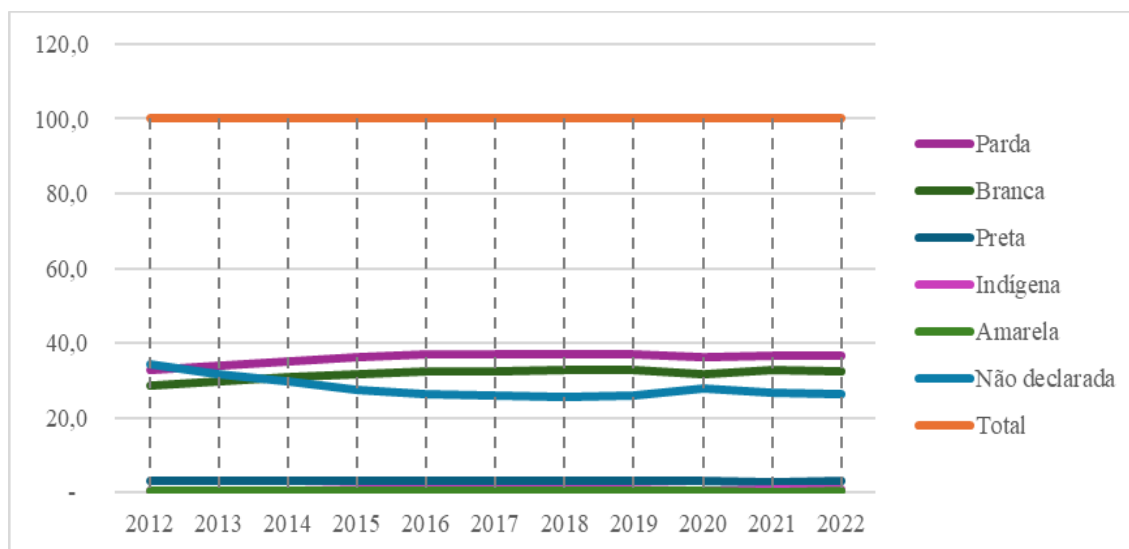
Ano	Parda	Branca	Preta	Indígena	Amarela	Não declarada	Total
2012	9.740.684	8.582.081	942.444	177.628	124.610	10.259.180	29.826.627
2013	9.940.250	8.731.595	935.228	187.980	116.876	9.275.673	29.187.602
2014	10.016.035	8.790.538	933.845	185.219	111.003	8.534.872	28.571.512
2015	10.149.186	8.903.786	920.826	194.093	104.871	7.658.448	27.931.210
2016	10.232.556	8.971.068	918.120	196.721	99.177	7.273.836	27.691.478
2017	10.166.255	8.918.772	896.237	198.292	92.926	7.075.598	27.348.080
2018	10.104.059	8.909.218	884.994	205.280	90.340	6.990.079	27.183.970
2019	9.982.514	8.825.378	873.461	209.383	86.341	6.946.653	26.923.730
2020	9.138.904	7.909.326	784.176	165.856	79.266	7.006.914	25.084.442
2021	9.691.296	8.660.434	790.439	216.391	82.123	7.074.918	26.515.601
2022	9.701.352	8.612.290	813.455	225.623	83.406	7.010.102	26.452.228
Total	108.863.091	95.814.486	9.693.225	2.162.466	1.070.939	85.112.273	302.716.480

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Inep. Extraído do Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq. Elaborada pela autora.

anpae

Estudantes pardos, brancos e com cor/raça não declarada concentram entre 20% e 40% das matrículas, sendo que mais de sete milhões de registros sem declaração limitam a análise dos dados e a formulação de políticas públicas educacionais, conforme o Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 - Porcentagem de matrículas no Ensino Fundamental segundo cor/raça, Brasil, 2012-2022.



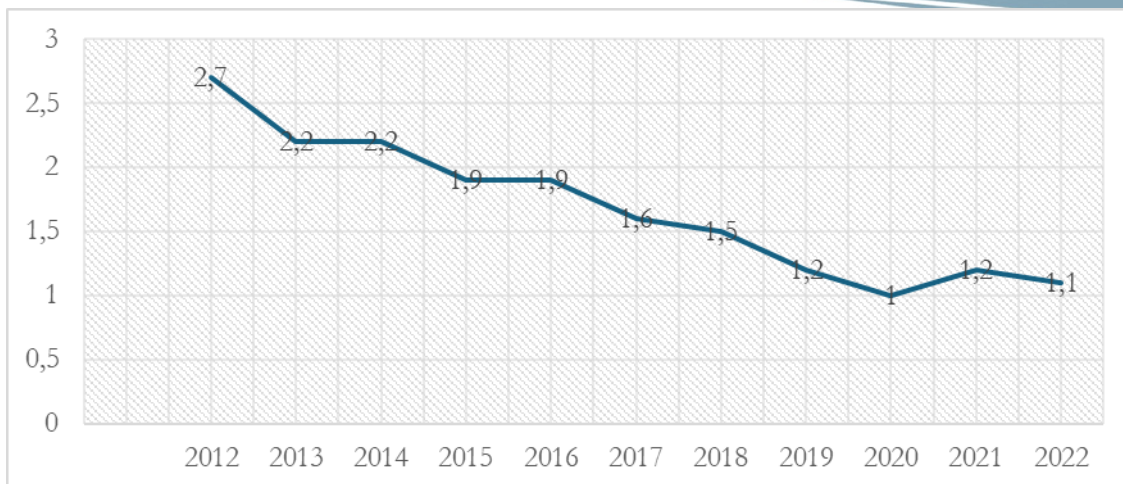
Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Inep. Extraído Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq. Elaborada pela autora.

No decênio de 2012-2022, a taxa de abandono reduziu de 2,7 para 1,1. Entre os anos de 2013 e 2016, a taxa registrada foi de 2,2 e 1,9. As reduções significativas foram em torno de 0,3 nos anos de 2014-2015; 2016-2017 e 2018-2019, conforme Gráfico 2 a seguir:



Gráfico 2 - Taxa de Abandono nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Brasil, 2012-2022

anpae

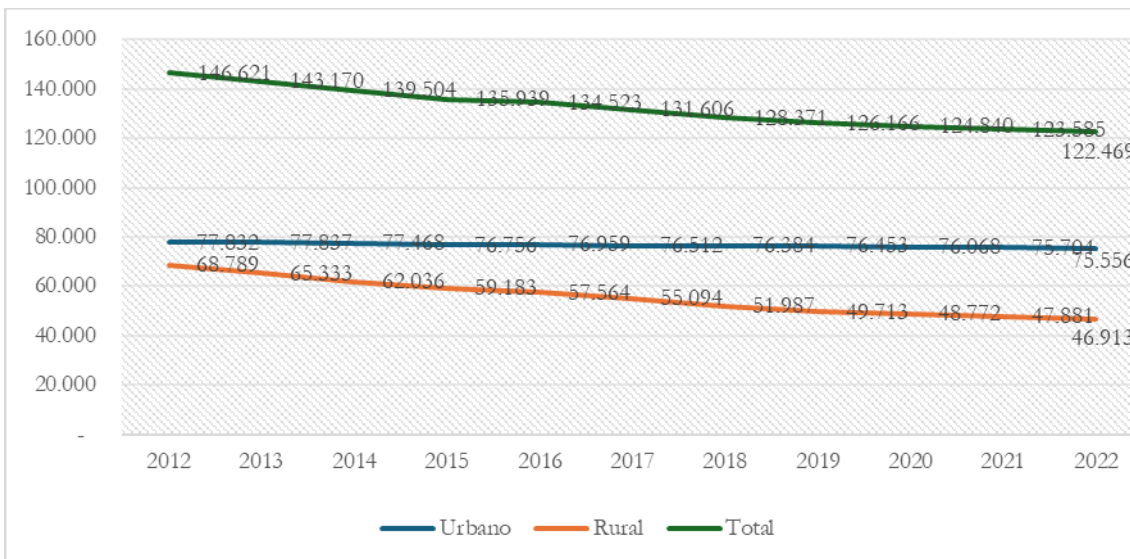


Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, Inep. Extraído do Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq. Elaborada pela autora.

Entre 2012 e 2022, o total de estabelecimentos escolares reduziu-se de 146.621 para 122.469 unidades. Essa queda concentrou-se sobretudo nas escolas rurais (-21.876), enquanto as urbanas apresentaram redução bem menor (-2.276), conforme Gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3 - Número de estabelecimentos do Ensino Fundamental, Brasil (urbana e rural), 2012-2022





Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Inep. Extraído Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq. Elaborada pela autora.

CONCLUSÕES

No debate sobre democratização ou massificação da educação, os dados do Ensino Fundamental revelam contradições persistentes no acesso ao ensino-aprendizagem. Entre 2012 e 2022, as escolas públicas registraram 254.012.059 matrículas, acompanhadas de 18.641.732 reprovações (7,33%) e 4.994.874 abandonos (1,96%). Apesar da redução do abandono para 1,1% ao final do período, os indicadores evidenciam limites estruturais à permanência e ao sucesso escolar (Inep, 2022).

A distribuição das matrículas por cor/raça evidencia a centralidade das desigualdades étnico-raciais no sistema educacional. Estudantes pardos e pretos compõem a maioria, com média anual superior a 11,8 milhões de matrículas, enquanto os brancos somam cerca de 9,6 milhões. A baixa participação indígena e amarela, aliada ao elevado número de registros sem declaração, reforça a necessidade de políticas educacionais voltadas à equidade racial.

Os elevados índices de reprovação e abandono evidenciam limites à democratização da educação para as classes populares, sobretudo de **deveres** aos **anões** sociais. Predomina a massificação do acesso sem garantia de aprendizagem, produzindo defasagens persistentes na trajetória escolar.



A ampliação do acesso ao Ensino Fundamental não superou as desigualdades socioeconômicas e raciais, que se manifestam em maiores taxas de reprovação, abandono e defasagem entre estudantes das classes populares. Assim, a massificação do ensino manteve padrões históricos de exclusão associados à renda, à origem social e à cor/raça

REFERÊNCIAS

- BEISIEGEL, C. R. (1986). **Educação e Sociedade no Brasil após 1930**. (8) 381-416.
- BRASIL. BRASIL. Censo Escolar da Educação Básica. Instituto Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação.
- FUNDAÇÃO ABRINQ. **Observatório da Criança e do Adolescente**. Disponível em <<https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia>> Consulta em 20/01/2024>.
- LOUZANO, Paula. **Fracasso escolar: evolução das oportunidades educacionais de estudantes de diferentes grupos raciais**. *Cadernos Cenpec* | Nova série, [S.l.], v. 3, n. 1, dec. 2013.
- MONT'ALVÃO, A. **Estratificação educacional no Brasil do século XXI**. *Dados*, v. 54, n. 2, p. 389–430, 2011.
- OLIVEIRA, R. P. (2007). **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica**. 661-690.
- QEdU.Org. **Dados Educacionais**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/>> Consulta em 18/01/2024.

